

ANÁLISE DA JORNADA DO HERÓI DE VASCO DA GAMA EM OS LUSÍADAS

João Victor Petroni RODRIGUES¹

Licenciando em Letras
IFSP/Câmpus São Paulo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a jornada do herói de Vasco da Gama em “Os Lusíadas”, relacionando-a com a cosmovisão que pautou a produção do poema e com o fenômeno universal do herói, particularmente em seu aspecto épico e clássico, visando a compreender como esses dois níveis, ligados intimamente, concretizam-se na epopeia camoniana e o que simbolizariam no mundo renascentista português. Como base analítica da trajetória heroica e de seus elementos, adotou-se Campbell (2007); para a caracterização do cosmo e do herói nas epopeias, utilizou-se Lukács (2000), e, na transposição desta para o poema analisado, Pereira (2007); à contextualização histórica, ideológica e literária do período e da obra em questão, serviram de base Carpeaux (2012), Abdala Júnior & Paschoalin (1985) e Cidade (1979); utilizando-se Aristóteles (2008) e Horácio (2014) para definições clássicas de Teoria Literária.

Palavras-chave: Renascimento; Heroísmo; Jornada do Herói; Luís de Camões; Os Lusíadas.

Introdução

Se há uma figura quase onipresente nas formas de registro narrativo — das pinturas rupestres aos quadros do Renascimento; das histórias mitológicas e folclóricas aos romances e poemas épicos —, é a figura do herói. Seria mesmo possível afirmar que seu símbolo é inerente à própria noção de cultura — compreendida como conjunto de valores, crenças e práticas que formam a visão particular de uma comunidade sobre o mundo e se expressam através de suas instituições políticas, religiosas, civis etc. —, posto que o herói é seu representante, seu ícone ritualístico: trata-se daquele que se aventura nos mundos desconhecidos, em busca de uma bênção com que possa renovar e reconectar a comunidade à luz da transcendência que a governa, libertando-a do jogo

¹ Endereço eletrônico: joao.petroni@aluno.ifsp.edu.br

dos tiranos e de suas próprias limitações históricas. O destino de sua imagem é, por fim, ser cantada pelos poetas, capazes de transfigurá-la em formas estéticas que sirvam de modelo para as gerações futuras e conservem a coerência da unidade espiritual do povo.

É a partir do reconhecimento da universalidade desse fenômeno que o presente artigo se propõe a analisar a jornada heroica de Vasco da Gama em “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, relacionando-a com os valores do *uomo universale* renascentista e do expansionismo ultramarino português, os quais a épica camoniana tão bem sintetizou.

Para tanto, é necessário compreender como se articulam os fatos históricos do período, suas características socioculturais e a configuração cósmica promovida pelo gênero da epopeia, forma de registro heroico cara ao mundo clássico.

Reconhecer o esquema de mundo metonímico-simbólico da epopeia portuguesa renascentista — católico, classicista e imperialista — é um passo importante para descrever os elementos que comporão a jornada de Vasco da Gama e seus companheiros: o mundo conhecido (Europa), seu centro (Lisboa), o mundo estranho que percorrerão (o Oriente), os tiranos que enfrentarão (Baco e seus lacaios), as bênçãos que trarão (o domínio português sobre o Oriente, a expansão da Fé e o conhecimento do Cosmo) e os vários tipos heroicos que encarnarão durante a aventura.

Com isso, poder-se-á descrever satisfatoriamente a jornada de Vasco da Gama como se dá na obra, aprofundando a formulação estrutural básica do caminho heroico, **separação-iniciação-retorno**, em suas etapas específicas, e descrevendo como essas se atualizam na narrativa épica da expedição de 1498, da partida de Lisboa até os fatos posteriores ao regresso triunfal, percorrendo a travessia do Cabo da Boa Esperança e o encontro com Adamastor, as provações do mar e das cidades orientais e a recompensa da Ilha dos Amores.

1. Herói, cultura e poesia

Nas manifestações culturais dos povos, desde as primeiras civilizações de que se há registros até os dias de hoje, a figura do herói é uma constante. Inicialmente abordado a partir da narração mitológica oral e rupestre, gradativamente o progresso histórico e as mudanças dos paradigmas civilizacionais inauguraram novos suportes para registrar os feitos do herói (as artes plásticas, os gêneros literários, o cinema etc.) e

diferentes conteúdos ideológicos que a ele foram incorporados, fazendo dele um fenômeno multifacetado. Não é preciso, todavia, observar o fenômeno diacronicamente para salientar tal pluralidade: mesmo entre as mitologias de sociedades temporalmente — e até mesmo espacialmente — próximas, há notáveis diferenças materiais, estéticas e estruturais, pois cada uma delas representa e reflete as crenças e os ritos, o entorno natural, o estado sociopolítico, tecnológico e econômico, as relações (ou não) com outras comunidades e as ambições internas de um só povo em particular. É o que constitui a sua cosmovisão.

Considerando, no entanto, que a natureza e as características da espécie humana são determinadas *a priori* e que vive toda ela sob as mesmas condições existenciais, num mesmo *locus* cósmico, pode-se assumir, como o faz Campbell (2007, p. 36, grifo do autor), que há no percurso heroico uma “unidade nuclear do monomito”, correspondente à “fórmula representada nos rituais de passagem: *separação-iniciação-retorno*”. Assim, pois, o herói representaria certo membro de uma comunidade que, apartando-se de seus domínios e de suas limitações históricas, se inicia nos mistérios do universo através de uma viagem em busca “das fontes primárias da vida e do pensamento humanas” (p. 28). Alcançadas, o herói retorna transfigurado ao seu meio, centro de seu mundo (*axis mundi*), trazendo dádivas que o renovem e esclareçam à luz da sua natureza transcendental, constantemente apagada pela dinâmica acidentada e corruptível da sociedade.

Com isso, torna-se patente o caráter dinâmico, transformador e transcendente do herói. Patrono “das coisas em processo de tornar-se”, é aquele que age em prol dos ideais (mesmo que esquecidos) de uma cultura, que mata “o monstro da situação vigente” (CAMPBELL, 2007, p. 324) e que a agracia com seus feitos. A esta estirpe, pertencem tipos emblemáticos como Perseu, que decapita a Medusa, respondendo ao desafio de Polidécio; e Davi, que mata o gigante Golias, livrando os israelitas do conflito contra os filisteus.

Todavia, se há um herói, deve haver o elemento que precipite a crise e se oponha à necessidade de renovação por ele empenhada. Trata-se esse do monstro-tirano, descrito por Campbell (2007, p. 25-26) como “ávido pelos vorazes direitos do ‘meu e para mim’”, “o gigante da independência autoconquistada”, que se contrapõe à heroica “submissão autoconquistada”. É ele o responsável pela degradação da comunidade, pelo

seu sofrimento e destruição. Nos exemplos acima, a sua presença encarna claramente em Medusa, monstro horrendo e isolado que petrificava viajantes, e em Golias.

Para completar-se o fenômeno cultural heroico, resta descrever uma figura de central importância: aquele que celebra os feitos dos heróis e os fixa em formas artísticas que circularão pela comunidade e que os marcarão no tempo, fazendo com que sirvam de símbolo epidíctico-demonstrativo (PEREIRA, 2007, p. 30) para toda a vida sociocultural e espiritual das gerações futuras.

Em seu aspecto essencial, essa figura é representada pelo poeta-cantor, cuja arte, desde Homero, vem habitualmente sob a forma da epopeia, que é a imitação narrativa, através das palavras e do metro, de caracteres virtuosos (ARISTÓTELES, 2008, p. 46-47; p. 94). Sem seu desempenho nas sociedades clássicas, os feitos heroicos contidos nas narrativas primitivas perder-se-iam no tempo, e a unidade espiritual do povo estaria comprometida. Todavia, analisa Lukács (2000, p. 25-26), a era da epopeia é aquela em que “ser e destino, aventura e perfeição, vida e essência são [...] conceitos idênticos”, em que se enforma toda “uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma” (p. 60). Sendo assim, ela exige e cria, por si só, esse poeta-cantor.

Prova disso foram os impactos e a função socioculturais da épica homérica entre os gregos antigos, sobre a qual Carpeaux (2012a, p. 19) afirma: “[...] não era uma obra literária, leitura obrigatória dos estudantes e objeto de discussão crítica entre os homens de letras. [...] Homero era indiscutido: mas não como epopeia, e sim como Bíblia. Era um Código.”, e aponta para o fato de seus versos servirem para apoiar opiniões, teses, moções e sentenças as mais diversas no mundo grego; assim finalizando “Homero”: isto significava a ‘tradição’ [...], como norma de interpretação da doutrina e da vida.” (p. 19).

2. O Renascimento em Portugal

O período do Renascimento (1527-1580) promoveu, em toda a Europa, radicais mudanças em áreas fundamentais da vida humana, inaugurando uma série de discursos políticos, estéticos, econômicos e filosóficos que propiciaram e fundamentaram essas transformações. Encarado como ruptura com a cosmovisão e com o modo de sociedade medievais e, segundo Abdala Júnior & Paschoalin (1985, p. 34), “[...] evolução natural

do Humanismo [...]”, foi a época da expansão marítima e técnico-científica. O período também marcou a emancipação e a ascensão da burguesia e do Estado Moderno. Mais do que isso, representou um retorno, através do “romanismo” de Petrarca, das influências do *Trecento* e dos estudos clássicos, aos valores e formas da Antiguidade Clássica.

Por consequência, houve na Europa um apagamento da cultura teológica do Medievo, senhora de um mundo estático, teocêntrico, contemplativo e místico, organizado em pequenos feudos e estratificado na terra: mundo no qual "aos servos competia trabalhar; à nobreza feudal competia defender a sociedade; e à Igreja, orar pela sociedade." (ABDALA JÚNIOR; PASCHOALIN, 1985, p. 10). Para o renascentista, esse mundo adquire dinâmica, e, assim, tudo o que nele vive. O macrocosmo, universal, passa a ser apreendido pela razão humana, visando ao desenvolvimento harmônico do microcosmo, individual, e ao domínio de tecnologias que permita aos homens modificar o mundo. Para isso, não se deve mais priorizar apenas as letras e as humanidades, mas também as ciências naturais e exatas; não só o intelecto, mas também o corpo. Eis o *uomo universale* em sua integralidade, suas aspirações à Glória e sua sede de conhecimentos (CARPEAUX, 2012b, 23-25), pronto para se expandir pelo mundo, agir sobre ele e conquistá-lo, conformando-o à sua imagem.

Portugal conheceu também o Renascimento. Seus precedentes remontam a 1385, ano da derrota castelhana em Aljubarrota, quando ocorre a ascensão de D. João I e da Dinastia de Avis: aristocratiza-se a burguesia e cai a velha nobreza. Adquirem, com isso, a “consciência de nação” (ABDALA JÚNIOR; PASCHOALIN, 1985, p. 35), traduzida no absolutismo do Estado português; e a íntima mas tensa aliança entre burguesia comercial e aristocracia nacionais logo principia o expansionismo marítimo, carregado de fins políticos, comerciais e religiosos que constituíam uma verdadeira cosmovisão e predicavam “o Estado como obra de arte do grande indivíduo” (CARPEAUX, 2012b, p. 22), do governante sagrado.

Essa expansão, iniciada sobre o Marrocos, encontra primeiro sua sustentação na ideia de uma Cruzada contra os mouros norte-africanos, uma contraofensiva político-religiosa após séculos de disputas pelo território ibérico, iniciadas no século VIII. Este primeiro momento encerra-se com a tomada de Ceuta (1415) pelas tropas de D. João I.

No momento seguinte, avançam sobre a costa africana e partem em busca “das Índias”, numa campanha de expansão e descobertas, de germinação da obra que seria o império ultramarino “daqueles Reis que foram dilatando/ a Fé, o Império” (CAMÕES, 1979, p. 29). Sob o reinado ambicioso de D. Manuel I, a armada de Vasco da Gama chega à Índia (1498). Dois anos depois, o Brasil é descoberto. A partir deste ponto, até a União Ibérica (1578), floresce o Renascimento em Portugal, e Lisboa, cidade marítima e luxuosa de onde zarparam e chegam navios e mercadorias, e onde toda a Europa e fragmentos do Oriente se encontram, torna-se seu *axis mundi*, o motor imóvel, emanador daquele cosmo.

Na literatura lusitana, tem-se por fato inaugural do Renascimento a volta do poeta Sá de Miranda, em 1527, da Itália. De lá, traz consigo a “medida nova” italiana, introduzindo em Portugal, dentre outras coisas, o soneto petrarquiano, o decassílabo heroico e a *ottava rima* (ABDALA JÚNIOR, 1989, p. 36), que será utilizada por Camões em sua epopeia. Carpeaux (2012b, p. 28-29, grifo do autor) aponta para o fato de a *ottava rima* ser “um indivíduo métrico, completo em si”; um poema épico seria, portanto, composto por um “grande número desses indivíduos métricos, mais independentes e mais musicais que a *terza rima*, mas também mais monótonos e menos expressivos”. Por fim, traçando um paralelo com a estética do período, refere-se ao fato de ela lembrar “a beleza sempre igual, sempre perfeita e algo monótona dos quadros de certos pintores da Renascença”.

Dessa forma, é de se concluir que, havendo uma retomada de muitos aspectos do mundo clássico, ocorreria o mesmo a um de seus mais importantes: as formas literárias. Assim o foi: resgatando-se a relação entre heroísmo clássico e epopeia, ocorreu que, à volta do tema, retornou a sua forma correlata: é o que exemplifica “Os Lusíadas”, como se verá a seguir.

3. O fenômeno heroico no Renascimento português e “Os Lusíadas”

Durante a Idade Média, na Europa, representava-se o herói pela figura do nobre cavaleiro, aquele que, em busca de aventuras, viajava a cavalo por estradas que conectavam feudos independentes e autossuficientes, ou que, ligado a um senhor, era responsável pela proteção de algum território. Paladino, tinha por ideal a castidade, a

bravura, o sacrifício e a humildade cristãos, quando não o próprio espírito de cruzado. Fiel ao *amour courtois*, amava devotamente a uma dama, numa relação pura e cortês que reproduzia a sua posição diante do poder político. No mais, não representava exatamente nada senão a si próprio: todos os seus feitos eram individuais; seu caráter, atípico; suas empresas, errâncias ou respostas voluntárias aos apelos de algum senhor ou oprimido. Assim também, como as narrativas mitológicas, eram os relatos novelísticos de suas façanhas: unidades lendárias curtas, independentes e individuais.

Herói obediente e preservador, liga-se tanto “à simbologia da terra” quanto seu sucessor, o herói renascentista, à simbologia do mar (PEREIRA, 2007, p. 55), sendo o navegador e descobridor a serviço da Fé e do Império. Por se tratar de uma iniciativa que aglutina todas as classes sociais, será este também coletivo, quando não a própria coletividade. Camões (1979, p. 29), na estância que abre “Os Lusíadas”, proclama-o como “[...] os barões assinalados/ Que da Ocidental praia Lusitana/ Por mares nunca de antes navegados/ Passaram inda além da Taprobana” e que “entre gente remota edificaram/ Novo Reino, que tanto sublimaram.” Não são mais os Doze de Inglaterra (Canto VI, estrofes 38-69) que exaltam a Fama portuguesa, mas estes “barões assinalados” renascentistas.

Suas custosas viagens, ao contrário das da cavalaria, não serão mais feitas a cavalo pelas estradas que ligam terras, mas a navio, pelas vias marítimas do Atlântico e do Índico, que ligam hemisférios e meridianos. Não serão mais em torres, castelos, campos e florestas europeias, mas em ilhas e terras exóticas de África e Ásia. Não batalharão mais com espadas e lanças em guerras internas, torneios ou matando dragões, mas com canhões e bombardas, batalhando contra povos distantes ou “monstros” marítimos, quando não contra o próprio mar, liderados não mais por reis ou príncipes, mas por capitães.

O cantor de seus feitos será Luís Vaz de Camões (1524/25-1580), navegador e poeta de grande erudição, em cujos escritos dá a conhecer “[...] escritores clássicos, renascentistas, cronistas portugueses, obras de cosmografia, de filosofia [...]” (ABDALA JÚNIOR; PASCHOALIN, 1985, p. 37) etc. Com a sua epopeia “Os Lusíadas”, publicada em 1572, 74 anos depois da viagem de Vasco da Gama à Índia, comporá a grande épica portuguesa, que legará à nova geração, encarnada por Dom Sebastião, a quem dedica o poema. Mais do que celebrar a expansão marítima lusitana,

ele narrará toda a história da nação, que “aparece como preparação do grande momento histórico das descobertas” (CARPEAUX, 2012b, p. 143), desde sua fundação mitohistórica aos fatos posteriores à expedição de 1498.

A partir disso, é importante salientar um fator notável que distingue “Os Lusíadas” das epopeias clássicas: os feitos que narra são verídicos e surgem num contexto histórico-social determinado (PEREIRA, 2007, p. 134); Camões extrai-os das crônicas humanistas.

Não basta, porém, o relato em versos desta empresa ideológica e comercial: deve haver a sua transformação em matéria épica (PEREIRA, 2007, p. 55), “os factos do quotidiano em experiências míticas, o passado em presente.” (p. 124). Surgem então os deuses pagãos, lutando e maquinando, arbitrando sobre os destinos humanos; os episódios simbólicos; as diversas referências à literatura greco-romana e “[...] um som alto e sublimado/ Um estilo grandiloquo e corrente” (CAMÕES, 1979, p. 31). Sobre esse duplo trato de “epopeia nacional” e “epopeia regular” do poema, comenta Carpeaux (2012b, p. 143) que “Camões conseguiu o que nenhum outro poeta épico de estilo virgiliano logrou alcançar [...]: a unidade perfeita do assunto real e do estilo sublime.”.

Narrando aquele “momento em que a história de Portugal se confundiu com a maior transição do mundo moderno” (CARPEAUX, 2012b, p. 143) — animada, portanto, com “o peso da vinculação de um destino com uma totalidade” (LUKÁCS, 2000, p. 68) —, o poeta tem consigo o cosmo e o símbolo da jornada heroica que sintetizará todo o período. Tendo também o coletivo histórico agente, os navegadores, resta-lhe apenas determinar o herói-símbolo deste organismo, autoridade que o representará e que levará as suas qualidades e ideais ao extremo; o intermediário entre os poderes reais e divinos e seus subordinados (PEREIRA, 2007, p. 31). Camões encontrá-lo-á justamente no líder da empreitada de 1498, “Vasco da Gama, o forte capitão, / Que a tamanhas empresas se oferece, / De soberbo e de altivo coração, / A quem Fortuna sempre favorece” (CAMÕES, 1979, p. 45). É ele quem incorporará o motivo da **separação-iniciação-retorno**.

Resta, assim, analisar como este se expressa na epopeia camoniana, a fim de detalhá-lo e de relacionar as representações simbólicas do processo com a cosmovisão

do período. Antes que se faça isso, porém, é importante caracterizar mais detalhadamente a sua configuração mesma.

4. Configuração da jornada heroica de “Os Lusíadas”

4.1 Caráter, postura e aspecto heroico inicial de Vasco da Gama

A matéria histórica e biográfica de Vasco da Gama (1469-1524), como relatada por João de Barros, serviu a Camões como fundamento para a caracterização épica da personagem e da própria viagem (CARPEAUX, 2012b, p. 140). Alto fidalgo da corte portuguesa e filho de Estêvão da Gama, tinha amplos conhecimentos de astronomia, navegação e matemática. Em 1492, sob o reinado de João II, começou a servir a Marinha portuguesa em Setúbal e no Algarve, retaliando navios franceses responsáveis por depredações: foi considerado extremamente efetivo no trabalho. Em 1498, D. Manuel I confiou-lhe o comando da expedição que finalmente chegaria à Índia. Faleceu em Cochim, vítima de malária, após um breve período como vice-rei da Índia.

Alçando-o à dimensão de herói da cosmovisão renascentista portuguesa, Camões extrapola seu desempenho ideológico e histórico e cristaliza o destino da própria comunidade em sua pessoa e em seus feitos (LUKÁCS, 2000, p. 68): atribui-lhe a participação em episódios mito-simbólicos e dota-o de uma conduta e retórica que são a metonímia do Império português na armada. A título de exemplo, tomem-se os termos com que se refere a Portugal quando começa, ao senhor de Melinde, a história e genealogia de Portugal: “quase cume da cabeça/ De Europa toda, o Reino Lusitano”; “Esta é a ditosa pátria minha amada” (CAMÕES, 1979, p. 108).

Quanto à sua conduta exemplar, eis o seguinte trecho, à entrada de Melinde: “« E não cuides [...] que não saísse/ O **nosso capitão esclarecido**/ A ver-te ou servir-te, porque visse/ Ou suspeitasse em ti peito fingido;/ [...] o fez, por que **cumprisse/ O regimento, em tudo obedecido, / De seu rei, que lhe manda** que não saia, [...]” (CAMÕES, 1979, p. 89, grifos nossos). Dele, depreende-se que Vasco da Gama aproxima-se de “um sujeito ideológico” (PEREIRA, 2007, p. 58): estático em relação ao desenrolar dos eventos e metonímico em relação ao cosmo que representa. Pelas próprias características de sua cosmovisão, Macedo (apud PEREIRA, 2007, p. 42)

afirma que Gama é “um herói no sentido camoniano do termo: constante, esclarecido, piedoso, cauteloso, obediente’”.

Resta caracterizar, seguindo a terminologia de Campbell (2007), o aspecto inicial que Gama encarna no *continuum* das transformações heroicas. Neste, como capitão de uma expedição de descoberta e de contato com África e Oriente, enquadra-se ele na categoria de **herói como guerreiro** (p. 322-328), a quem cabe limpar o terreno, eliminar os monstros, que habitam os “mares nunca dantes navegados”, e os tiranos da espécie humana, provenientes das “terras viciosas/ De África e Ásia” (CAMÕES, 1979, p. 29).

4.2. Tiranos

Atendo-se à necessária dicotomia do processo heroico, é preciso descrever agora os tiranos presentes na obra e como se caracterizam através da cosmovisão do poema. Retomando o parágrafo final da subseção anterior, pode-se afirmar que os há de dois tipos: os monstros e deuses marinhos e os tiranos humanos. Seu articulador comum é Baco, divindade do vinho, das festas e do teatro, que fará parte, nos termos de Carpeaux (2012b, p. 144), da “máquina mitológica” do poema, agindo como mecanismo do movimento cósmico e mito-histórico da epopeia, opondo-se aos interesses pró-lusitanos de Vênus e aliciando os orientais e os deuses marinhos para seus propósitos soberbos.

Os monstros marinhos e os fenômenos monstruosos do mar podem representar, na obra, tanto as reminiscências do obscurantismo da vida medieval, cujos homens pouco exploraram o Oceano, quanto as dificuldades naturais da viagem. Assim, de acordo com Pereira (2007, p. 37-38), simbolizariam mais o desconhecido que o Outro, e o medo e a ira ante a “voragem do tempo e da vida” (p. 37-38; 126), nunca dantes experimentados naquelas proporções. As hostis divindades marítimas, convencidas por Baco (Canto VI, estrofes 6-37), complementariam esse quadro de forças elementares desafiadas pelo espírito transgressor e pioneiro do renascentista, em vias de operar uma verdadeira revolução na história e no mundo que os sujeitaria, enfim, ao *uomo universale* (PEREIRA, 2007, p. 54-55).

Já os tiranos humanos tratar-se-iam propriamente do “Outro”. São os povos africanos e orientais, alheios à cosmovisão europeia, e muitos dos quais inimigos

históricos de longa data não só dos portugueses, mas da própria cristandade, como sugere a lenda das perseguições de São Tomé na Índia (Canto X, estrofes 108-118). Como, porém, o cosmo epopeico é uma totalidade fechada a partir da própria cosmovisão que o formula, esta representa, por si mesma, o fundamento transcendental último da realidade (LUKÁCS, 2000); no caso de “Os Lusíadas”, é ele essencialmente eurocêntrico, católico, renascentista e lusitanista; tudo, então, que não se conforme a ele identificar-se-á na obra necessariamente como falso, tirânico e vicioso. Sendo assim, deve ser devassado e cristianizado, o que, nos termos da cosmovisão narradora, não seria senão um reativo alargamento da Fé, uma cruzada contra o mal, o feio e o falso. Tome-se como ilustração disso o seguinte excerto: “Sinal lhe mostra o **Demo**, verdadeiro,/ De como a nova gente lhe seria/ Jugo perpétuo, eterno cativo” (CAMÕES, 1979, p. 296); na estância seguinte, Camões (1979, grifos nossos) prossegue: “A isto mais se ajunta que um devoto/ Sacerdote da **lei de Mafamede**, / Dos **ódios concebidos** não remoto/ **Contra a divina Fé**, que tudo excede,/ Em forma do **Profeta falso e noto**”.

Todavia, há na epopeia um tirano último, articulador dos dois polos analisados acima: Baco. Patrono da Índia e do modo de vida que lá instaurou — moroso, vicioso e idólatra — “teme”, narra Camões (1979, p. 39), “agora que seja sepultado/ Seu tão célebre nome em vaso/ De água do esquecimento, se lá chegam/ Os fortes portugueses, que navegam”. Assim motivado, faz uso de seu forte poder retórico e de embustes para convencer, através do *páthos*, seus filhos orientais e as divindades marítimas — até então desatentas ao avanço lusitano —, a auxiliarem-no a sabotá-lo, a fim de que, se não puderem detê-lo, aumentem seus danos e pesares; o que, como demonstram a tempestade do Canto VI (estrofes 70-84) e as traições dos orientais em Mombaça e Moçambique, efetivamente se dá. Lamentando tais ataques, define-os o poeta ao fim do Canto I: “O recado que trazem é de amigos, / Mas debaixo o veneno vem coberto, / Que os pensamentos eram de inimigos.”; lamenta, então, a dura sina portuguesa: “[...] Oh grandes e gravíssimos perigos, / Oh caminho da vida nunca certo, / Que aonde a gente põe sua esperança/ Tenha a vida tão pouca segurança!” (1979, p. 61).

Eis, no primeiro trecho, a perfeita qualificação do tirano: é aquele que “confunde sombra e substância” (CAMPBELL, 2007, p. 324). Daí se depreende que, na epopeia, não há propriamente pontos de vista: há substância (verdade) e sombra (mentira).

Impossibilitado de ver aquela, expressa pela cosmovisão e encarnada nas forças transcendentais que auxiliam o herói, o tirano vive num mundo de invenções e mentiras cristalizadas; e só assim ele pode agir: através de paixões, enganos e maquinações.

4.3. Cosmo e *axis mundi*

Para além deste simulacro cósmico do tirano, que tanto prejudica a humanidade por ser falso, há o verdadeiro cosmo, fonte de um discurso baseado no *éthos* e no *lógos*. Seus representantes mais diretos, em “Os Lusíadas”, são os portugueses, como agentes humanos, e certas divindades, dentre as quais Vênus assume o protagonismo. Todavia, também ela é amparada por uma força maior: Júpiter, “a cujo império/ **Tudo aquilo obedece que criaste**” (CAMÕES, 1979, p. 43, grifo nosso), afirma Marte, outro aliado; e assim fala dos portugueses ao Padre: “esta gente que busca outro Hemisfério, / **Cuja valia e obras tanto amaste**”, sentenciando na estância seguinte: “Que nunca tirará alheia inveja/ **O bem que outrem merece e o Céu deseja.**” (CAMÕES, 1979, p. 43; grifos nossos).

No entanto, como a cosmovisão da época é cristã, subjaz a todos esses deuses “fabulosos” o “sumo Deus” (CAMÕES, 1979, p. 375), de saber profundo, ilimitado e atemporal, que circunda toda a Máquina do Mundo (Canto X, estrofes 77-142). Ele, incompreensível aos homens, cerca o mais alto de seus orbes, o Empíreo, morada das almas puras e dos Anjos, os “Deuses” da “antiga Poesia” (CAMÕES, 1979, p. 374-375).

Abaixo deste, está o Móbile primeiro, que determina o movimento das esferas menores, seguido do Cristalino. Sob este, localiza-se o Firmamento, céu das estrelas fixas e do Zodíaco, sucedido pelos sete céus planetários. No centro da cosmologia renascentista, está a Terra, composta pelos quatro elementos e habitada pelos homens: é o palco da jornada heroica renascentista, e pode ser dividida de duas formas que, na obra, são sintônicas: uma geográfica e outra mítica.

Geograficamente, separa-se em quatro unidades: “Europa cristã, mais alta e clara/ Que as outras em polícia e fortaleza”; “África, dos bens do mundo avara, / Inculta e toda cheia de bruteza” (CAMÕES, 1979, p. 377-391); a visada Ásia, que vai do Oriente Médio às ilhas do Extremo Oriente; e a América, onde terão os portugueses

“Parte também co’o pau vermelho nota; / «De Santa-Cruz » o nome lhe poreis” (CAMÕES, 1979, p. 377-391).

Miticamente, divide-se em região conhecida e desconhecida, o mundo humano e o “divino” (CAMPBELL, 2007, p. 66; 213). Consiste aquele na Europa, já conformada aos ideais cósmicos em jogo; seu centro é Portugal, de que Lisboa é o *axis mundi*. A região ignota e divina, “paisagem onírica povoada por formas [...] fluidas e ambíguas, na qual [o herói] deve sobreviver a uma sucessão de provas” (p. 102), corresponde à área que abrange as outras três unidades geográficas destacadas. Seu limiar é o Tormentório (Cabo da Boa Esperança), último ponto mapeado pelos portugueses.

De acordo com Campbell (2007, p. 213), cabe apontar que, apesar de distintos, “os dois reinos são [...] um só e único reino”, sendo “o reino dos deuses [...] uma dimensão esquecida do mundo que conhecemos”: em sua exploração está todo o sentido dos feitos heroicos. Deixando-a após cumprir suas provas, o herói retornará com as revelações cósmico-transcendentes que dela extraiu, devendo, em seguida, incorporá-las ao mundo conhecido e humano, de forma que o renove e incorpore à sua estranha alteridade na face esclarecida do mundo.

Em “Os Lusíadas”, considerando a dimensão global e universal que o cosmo e a missão de seus agentes assumem, tratar-se-á essa união de uma conjugação entre Ocidente e Oriente, entre dois *axis mundi* até então separados: é o ápice da ideia de um processo de expansão e aperfeiçoamento da humanidade à qual Camões e o Renascimento se vincularam diretamente, reunindo elementos ideológicos românicos e cruzados.

4.4. Diagrama da jornada do herói

Com base na descrição campbelliana da jornada do herói, será analisado o trajeto de Vasco da Gama na epopeia de Camões, de modo a se relacionarem os símbolos e momentos nela contidos com a cosmovisão renascentista portuguesa e com o fenômeno universal próprio do herói. Para melhor compreender as suas partes e etapas, as relações que há entre elas e o ciclo significativo que formam juntas, é importante a anexação do diagrama de Campbell (2007, p. 241) (Fig. 1), seguida de dois comentários:

Figura 1 — Diagrama da Jornada do Herói



Fonte: Campbell (2007, p. 241)

1) De acordo com os três termos da fórmula iniciática monomítica, **separação-iniciação-retorno**, separam-se as partes do diagrama da seguinte forma: “o chamado à aventura, auxiliar e passagem pelo limiar”; “provas, auxiliares, casamento sagrado, etc.”; “fuga, retorno, elixir”. É um movimento circular principiado pela esquerda, descendente, e que se dirige à esquerda, ascendendo após o ponto médio inferior do círculo.

2) Seguindo a tradição epopeica clássica, Camões inicia seu poema *in media res*, no “centro dos acontecimentos” (HORÁCIO, 2014, p. 59), unificando as partes do enredo posteriormente, através das narrações de Vasco da Gama. Por a descrição de Campbell ser necessariamente cronológica, fique claro que não se seguirá a ordem dada nos Cantos, mas a das etapas do próprio enredo, visto como “imitação da ação”, “estruturação dos acontecimentos” (ARISTÓTELES, 2008, p. 48).

5. Descrição e análise da jornada de Vasco da Gama em “Os Lusíadas”

5.1. Chamado à aventura e primeiros auxiliares

Neste primeiro estágio, o destino convoca o herói e transfere-lhe “o centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida”. Em “Os Lusíadas”, é a transferência de Portugal para o Oriente, cheio “de tesouros e perigos, tormentos inimagináveis, façanhas sobre-humanas e delícias impossíveis.” (CAMPBELL, 2007, p. 66). O capitão da expedição que deve revelar aquele mundo, Vasco da Gama, é convocado por D. Manuel, após um profético sonho levado a ele por Morfeu (Canto IV,

estofes 68-75), mensageiro onírico do Céu, e que a isso o impeliu. Assim o herói narra o seu chamado:

Eu, que bem mal cuidava que em efeito
Se pusesse o que o peito me pedia,
Que sempre grandes cousas deste jeito,
Pressago, o coração me prometia,
Não sei por que razão, por que respeito,
Ou por que bom sinal que em mi se via,
Me põe o ínclito rei nas mãos a chave
Deste cometimento grande e grave.
(CAMÕES, 1979, p. 174).

Bem se vê pelos versos 1-4 da estância que, intimamente, o herói já se mostrava impelido a grandes empresas e sacrifícios em nome da nação. Historicamente, já se provara digno de encabeçá-las, apesar da modéstia que alega no trecho. Assim, portanto, assume sem hesitação a liderança da empresa, e a ele prontamente se juntam seu irmão Paulo da Gama, Nicolau Coelho e gente valorosa e disposta aos feitos e sacrifícios da empreitada.

Na data de partida, ocorre uma solene despedida nas praias portuguesas, reunindo-se nelas figuras da nobreza e do clero e os cidadãos. Lá, os navegadores recebem os primeiros “amuletos” que os auxiliarão em sua jornada: os materiais exigidos pela viagem e a bênção de Deus, marcada pela celebração de uma procissão e missa, a fim de que se fortalecessem diante dos riscos fatais daquela missão.

“Em tão longo caminho e duvidoso, / Por perdidos as gentes nos julgavam; [...]” (CAMÕES, 1979, p. 177), conta Gama, explicitando a hesitação da crença popular, circunscrita nos limites do mundo conhecido, e que teme ultrapassá-los (CAMPBELL, 2007, p. 82). Mas, ao herói, cabe necessariamente esta transgressão quase prometeica; contudo, por mais firme que seja a sua resolução, é sempre ela atormentada pelos temores, pesares e hesitações que despontam dessa primeira tensão.

O símbolo máximo da consciência conservadora que os membros da sociedade apresentam aí pode ser reconhecido nitidamente no velho do Restelo, que, com discurso inflamado e moralizante, ataca as aspirações luso-renascentistas da Fama e da Glória (Canto IV, estrofes 94-104). De acordo com Pereira (2007, p. 127-128), ele apresenta-se como aquele que adverte os heróis “da vertigem do desconhecido”, alertando-os para

que não se precipitem à *hybris*, causa das punições divinas nos mitos e tragédias gregos, ao desrespeitar os limites cósmicos estabelecidos.

Desse modo, mais do que uma força opositora, sua personagem e discurso funcionam, assumindo o que diz Campbell (2007, p. 77), como a contraparte harmonizadora do encaminhamento bélico e espiritual que receberam, “o aspecto perigoso” e “paternal” do princípio orientador da viagem.

5.2. A passagem pelo limiar

A caminho do limiar, a armada de Vasco da Gama enfrenta algumas aventuras menores e, a certa altura, fazem o golfo², atravessando a linha do Equador e mudando de Trópico pelo Atlântico. Lá, Vasco da Gama narra os primeiros perigos enfrentados e as maravilhas vistas, os quais, todavia, não são novidades para os marinheiros: trovoadas, relâmpagos, chuvas violentíssimas e noites profundamente escuras; o fogo de Santelmo, a tromba-d'água e a “influxão de signos e de estrelas” (CAMÕES, 1979, p. 188-191).

Voltando do golfo, atracam em terra próxima à Baía de Santa Helena e tentam negociar com uma tribo de selvagens negros, pela qual são emboscados, sob chuva de pedras e flechadas. Após a fuga, passam a se aproximar do Tormentório, último lugar do mundo conhecido: é o limiar que o separa das regiões do Oriente.

Como todo limiar, este também tem um guardião, encarnado na figura do gigante Adamastor, filho de Gaia. Gama caracteriza-o de forma que a natureza do mundo que guarda — a geografia e a hidrografia perigosas do Cabo — e a sua imagem, surgida de repente no ar, fundem-se completamente: “Eu sou aquele oculto e grande cabo/ A quem chamais vós outros Tormentório” (CAMÕES, 1979, p. 200). Adamastor é uma personificação remanescente dos terrores dos séculos passados e dos perigos da região.

Como afirma Campbell (2007, p. 85; p. 91-92), o primeiro aspecto do guardião é o de proteger os limites estabelecidos, sob o risco de desencadear o seu segundo aspecto, o destrutivo, caso ultrapassados. Sem o fazer, contudo, não é possível ir além:

² “O segundo arco da dupla rota, que vai da Serra Leoa ao cabo da Boa Esperança” (CIDADE, 1979, p. 423).

“as forças que vigiam no limiar são perigosas e lidar com elas envolve riscos”. Assim, “a passagem do limiar constitui uma força de auto-aniquilação” que, dominando totalmente o herói e jogando-o ao seio da nova região, traz a impressão de sua morte.

Adamastor assim profetiza à armada de Gama: “em vossas naus vereis cada ano, / Se é verdade o que meu juízo alcança, / Naufrágios, perdições de toda sorte,” (CAMÕES, 1979, p. 198). Nem figuras preclaras serão poupadas: Bartolomeu Dias e D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, estão entre os que padecerão em decorrência de naufrágios na região, vítimas da fúria imóvel do gigante-cabo.

Deve-se, assim, considerar Adamastor um purificador da *hybris* lusitana, que desafia com seu projeto os mares e a Natureza. A ela procede necessariamente esse pedágio de vidas simbólico-natural que, matando e destruindo, mostra aos seus agentes que nunca há nem duração nem finais felizes no mundo conhecido, e que os portugueses ainda estão sujeitos às leis naturais e às forças elementares. Cabe-lhes, portanto, ater-se aos ideais de sua cosmovisão, de realização sobretudo póstuma e transcendente, e que absorvem a morte física na vida histórica e universal da nação (CAMPBELL, 2007, p. 32-33): “« As cousas árduas e lustrosas/ Se alcançam com trabalho e com fadiga; / Faz as pessoas altas e famosas/ A vida que se perde e que periga,” (CAMÕES, 1979, p.174).

5.3. Provas e auxiliares divinos

Atravessado o domínio de Adamastor, Vasco da Gama e seus companheiros entram finalmente na região desconhecida, principiando a “[...] catábase marítima [...]” (PEREIRA, 2007, p. 38) que se segue à desintegração e desmembramento das formas conhecidas do mundo (CAMPBELL, 2007, p. 32). Campbell (2007, p. 110) descreve a provação que o herói há de sofrer nessa estranha região como “um aprofundamento do problema do primeiro limiar”, cumprindo-lhe agora “matar dragões e ultrapassar surpreendentes barreiras – repetidas vezes”. Na obra camoniana, tais feitos marcariam a vitória da vontade sobre a dor e o medo advindos do desconhecido (PEREIRA, 2007, p. 44).

Lá na região desconhecida, primeiro atacam numa terra etíope em que são recebidos festivamente e na qual promovem trocas. Partindo, passam pelo ilhéu da Cruz, marco da expedição de Bartolomeu Dias. Deixando-o, chegam a mais um povo

etíope que, como os outros, notícia alguma tem das partes orientais. Cansados, desesperançosos, com mantimentos estragados e cruzando por terras desconhecidas, a única coisa que os mantém animados e perseverantes é a obediência e a lealdade ao rei e ao capitão.

Passando por mais um domínio etíope, este um pouco mais integrado ao mundo e à civilização, recebem novas sobre as terras orientais, o que lhes fortalece os ânimos. Mas, mal partem, abate-se sobre eles “a doença crua e feia”, o escorbuto, que tantos vitimou “em terra estranha e alheia” (CAMÕES, 1979, p. 211). O episódio seguinte tampouco lhes é favorável: chegam a Moçambique, onde inicialmente são bem recebidos e celebrados. Isso muda, porém, quando o rei da ilha descobre que não vêm de Turquia, mas de terras distantes, e que são cristãos. Após Gama mostrar-lhe as armas da expedição, sua desconfiança torna-se ódio e o rei decide armar uma conspiração contra eles.

Pouco antes disso, “os Deuses no Olimpo luminoso, / Onde o governo está da humana gente, / Se ajuntam em concílio glorioso, / Sobre as cousas futuras do Oriente.” (CAMÕES, 1979, p. 36): movimenta-se a máquina mitológica do poema, donde sairão decididos os papéis de cada deus, acordes à sua índole em relação ao destino lusitano. Como já tratado anteriormente, Baco despontará como tirano, força rebelde às determinações de Júpiter e prejudicial aos heróis. Vênus desempenhará o papel de “poder benigno e protetor do destino” (CAMPBELL, 2007, p. 76) como auxiliar da “gente lusitana”, por causa das qualidades que “via nela/ Da antiga, tão amada, sua romana, / Nos fortes corações, na grande estrela, / [...] E na língua, na qual quando imagina, / Com pouca corrupção crê que é a latina.” (CAMÕES, 1979, p. 40); mais do que isso: “das Parcas claro entende/ Que há de ser celebrada a clara Deia.” (CAMÕES, 1979, p. 40). Vênus, portanto, é aquela que não se conforma apenas às suas simpatias, como Baco, mas às determinações das Parcas.

O patrono do Oriente, “olhando o ajuntamento lusitano/ Ao Mouro ser molesto e aborrecido, / No pensamento cuida um falso engano, / Com que seja de todo destruído” (CAMÕES, 1979, p. 52). Descendo a Moçambique sob a forma de um velho sábio e respeitado pelo rei, mente-lhe dizendo que são povos saqueadores que pretendem atacar pela manhã, devendo seus soldados os esperarem em cilada na praia. Não sucedesse o caso como queriam, enviá-los-ia um piloto que, guiando-os, os levasse à destruição. É o

que ocorre: derrotados nas praias pelos batéis portugueses, sempre favorecidos por Marte e Vulcano no combate direto, o Mouro envia-lhes, como suposta figura de paz, um piloto que há de guiá-los à Índia.

Ele, porém, logo envereda para Quíloa, ilha maometana mais potente que Moçambique, e que lhes afirma ser habitada por cristãos. Vênus primeiro mostra aí, timidamente, sua influência benigna e protetora, enviando ventos que os afastam do local (Canto I, estrofe 100). O piloto, porém, contorna a situação e os conduz a outra armadilha: Mombaça, ilha e cidade moura, já alertada por Baco da (falsa) fama dos portugueses.

Lá, antes de aportarem, são fingidamente recebidos como amigos. Vasco da Gama, desconfiado, envia dois tripulantes condenados para investigarem a cidade. Após apresentarem os presentes e as mensagens de paz enviados pelo capitão, andam pelo local e encontram Baco, sob a forma de um homem cristão, adorando um altar. Recebem dele agasalho e no dia seguinte são levados pelos batéis mouros de volta à armada. Os mouros levam um convite do rei para que entrem na cidade, e os dois enviados de Gama confirmam a existência de cristãos naquela terra, alegando o bom tratamento que tiveram por parte do rei. O capitão, portanto, decide atracar na cidade. Vênus, vendo os lusitanos caírem nas tramas dos orientais, age. Convocando as nereidas, afastam de lá os navios, empurrando-os, sob a forma de grandes ondas, para longe de Mombaça. Os mouros e o piloto traiçoeiro, assustados com o barulho dos marinheiros, que trabalhavam desesperadamente para ajustar o curso das naus, creem-se descobertos e lançam-se de volta aos batéis, fugindo (Canto II, estrofes 18-28). Vasco da Gama, percebendo a súbita fuga, compreende seu plano e reconhece o auxílio divino: “Oh caso grande, estranho e não cuidado! / Oh milagre claríssimo evidente! [...] Quem poderá do mal aparelhado/ Livrar-se sem perigo, sabiamente, / Se lá de cima a Guarda Soberana/ Não acudir à fraca força humana?” (CAMÕES, 1979, p. 75). Pede então que conduzam a frota a um porto seguro.

Vênus, rogando a Júpiter que ampare os portugueses e os auxilie, logra saciar tal pedido. O Padre envia-lhe Mercúrio, que vai seguido pela Fama, a espalhar o valor dos portugueses em Melinde, que os há de receber benevolmente. O mensageiro dos deuses aparece em sonho a Gama e dá-lhe a direção que pedia (Canto II, estrofes 56-64). De acordo com Langrouva (2006 apud PEREIRA, 2007, p. 128), Mercúrio

simboliza o “[...]‘guia das almas, o deus da eloquência, que tem capacidade de contribuir para que a mente humana se dirija para o céu, através da razão; é o mediador entre os mortais e os deuses [...]’”, esclarece a inteligência do herói e abre-lhe os caminhos.

Tal reconhecimento de um poder benigno onipresente que protege o herói e supre a limitação de seu conhecimento e forças, revelando-se diretamente a ele por meio de prodígios, é, segundo Campbell (2007, p. 76-77), típico ao longo das provações, e impele o herói a continuar sua jornada pelas terras monstruosas do mundo desconhecido, reanimado com o fato de saber seu destino olhado pelo Céu.

Chegando a Melinde, são recebidos honestamente e seu rei, tendo ouvido sobre a fama dos portugueses, pede a Vasco da Gama que descreva Portugal e narre as histórias de suas conquistas e das aventuras pelas quais passou a armada. Eis aí uma provação ao herói: a de narrar com justiça os fatos de sua nação e exaltá-la aos olhos daqueles reinos desconhecidos, de modo que se façam no mundo dignos da tão desejada Fama.

À extensa narração, que vai do Canto III ao V, respondem seus ouvintes “embebidos”, “louva o rei o sublime coração/ Dos reis em tantas guerras conhecidos” e “Vai recontando o povo, que se admira,/ O caso cada qual que mais notou” (CAMÕES, 1979, p. 213). Vasco da Gama é bem-sucedido em seu desafio: consegue espalhar a fama de sua nação.

De Melinde, partem em direção à Índia, agraciados com pilotos e mantimentos. Baco, vendo-os reparados e livrados de seus ardis cruéis, enfurece-se e desespera-se. Tentando barrar seu avanço, mobiliza as divindades marítimas, regidas por Netuno, alertando-as para o fato de que os ousados portugueses devassavam impunemente o seu reino. Com isso, desperta grande alvoroço entre as deidades, e logo se convocam os quatro Ventos para investirem contra a armada de Gama (Canto VI, estrofes 6-37). Eles, juntos das ondas de Netuno, principiam à noite uma violenta tempestade que ameaça destruir as naus. Mais uma vez Vênus intercede, atendendo às desesperadas súplicas do Capitão, e usa de seus dotes: convoca as ninfas para que se enamorem dos Ventos e os abrandem.

Passada a procela, aproximam-se de Calecute, termo da viagem e último local em que serão provados pelas forças hostis do Oriente. Lá, fazem a primeira aproximação através de um mensageiro que entra pelo rio. Entre o povo que se ajuntava

para recebê-lo estava Monçaide, oriundo das terras ibéricas e delas exilado, que reconhece a língua do arauto. Partem os dois à morada dele e, de lá, seguem à nau capitaina, onde é recebido por Vasco da Gama.

Desembarca enfim o Capitão com os portugueses, e é recebido por um dos catuais de Calecute. Vão então à presença do Samorim, rei da região, passando por um suntuoso templo repleto de esculturas que representam os deuses da região, formas fluidas e ambíguas que são disfarces do Demônio (CAMÕES, 1979, p. 267). Encontrando-se, por fim, com o Samorim, Gama cumpre mais uma vez a sua embaixada, apresentando-lhe o reino de onde vem e o interesse de aliança comercial e bélica que move seu rei. O governador de Calecute, para que dê uma resposta, decide tomar conselho com os oficiais do reino e escala o catual para tomar conhecimento daquela gente estrangeira. Enquanto isso, Gama e seus companheiros são abrigados no aposento do regedor. Após interrogar Monçaide, ele visita a armada. Lá, Paulo da Gama narra-lhe os feitos de muitos heróis portugueses (Canto VIII, estrofes 2-42), encantando o catual. Ao cair da noite, parte este com sua comitiva.

Na mesma noite, os arúspices do rei leem sinais, enviados pelo Demônio, escreve Camões (1979, p. 296), “De como a nova gente lhe seria/ Jugo perpétuo, eterno cativo, / Destruição de gente e valia.”. Acrescenta-se a isso que Baco aparece nos sonhos dos sacerdotes islâmicos como Maomé, convocando-os à destruição dos navegadores portugueses. Iniciam, assim, uma conspiração, e o que transmitem ao rei muito o confunde: não sabe mais se despacha os portugueses ou se firma trato com eles. Buscando esclarecer as questões, manda chamar Vasco da Gama e, crendo que sua primeira embaixada transmitiu apenas falsidade, pede-lhe que conte a verdade.

Gama, evocando a sua retórica lusitana ética e lógica, vence o *páthos* conspiratório e persuade o Samorim da veracidade de sua história, convencendo-o a firmar trato com Portugal. Deixando o palácio, é conduzido à praia pelo catual, que o sequestra, a fim de arruinar a armada portuguesa. Ocorre, então, uma série de negociações e estratégias, ao fim dos quais os lusitanos partem em retorno à sua pátria, superadas as provas das regiões desconhecidas.

5.4. *Hierógamos e Apoteose*

A última aventura desta fase ocorre sob a forma do casamento místico (*hierógamos*) entre o herói e a Rainha-Deusa do Mundo, que inaugura o **herói como amante**. De acordo com Campbell (2007, p. 111-112), a noiva representa a resposta para todos os desejos do herói, “a encarnação da promessa de perfeição; a garantia concedida à alma de que, ao final do exílio num mundo de inadequações organizadas, a bênção antes conhecida voltará a sê-lo”.

Em “Os Lusíadas”, essa conjunção dá-se na Ilha dos Amores (Cantos IX e X) — criada e dotada por Vênus como uma recompensa pelos trabalhos dos portugueses — entre as nereidas e os navegadores e, superiormente, entre Vasco da Gama e Tétis. Sobre o episódio, Pereira (2007, p. 47) afirma: “Para além de, enquanto episódio renascentista celebrar os sentidos, nela [Ilha dos Amores] o Amor é quem rege as atitudes, procurando, através da harmonia, da união, a unificação que Deus inscreveu nas coisas [...]”.

Assim é que, após uma breve resistência sedutora por parte das ninfas à chegada dos portugueses, se unem a eles, iniciando um período nupcial na Ilha, após o qual vão todos, a chamado de Tétis, celebrar um banquete. Lá, comem, bebem e gozam do amor e da música, ouvindo Tétis cantar os heróis portugueses vindouros (Canto X, estrofes 7-73). Finda a música, ela conduz Vasco da Gama ao local em que se encontra a Máquina do Mundo, esquema harmônico de todo o cosmo e fonte suprema do conhecimento renascentista. Nela, revelam-se ao herói as esferas que compõem o universo (os céus), toda a Terra, cujas localidades orientais são descritas minuciosamente, e a presença divina incompreensível, cercando, movendo e propiciando tudo o que nela está contido.

Apesar de todos os elementos eróticos do episódio (as ninfas, Tétis e a Ilha) simbolizarem, segundo Camões (1979, p. 343), “as deleitosas/ Honras que a vida fazem sublimada”, há uma nítida diferença entre a bênção que logra Gama e as que logram seus companheiros: a estes, o amor das nereidas; àquele, a plenitude do conhecimento cósmico. Tal fato explica-se, em termos simbólicos, pela seguinte razão: a donzela representa a outra metade do herói; sendo assim, segue a sua estatura, pois é a “imagem de seu destino, que ele deve libertar da prisão das circunstâncias restritivas” (p. 328). Ao fazê-lo, harmoniza-se proporcionalmente com o mundo, e nele, e afirma a potência criadora de sua vontade.

Procedendo a tal leitura, chega-se a que a completude do destino dos navegadores, a apoteose de suas existências, se perfaz com a natural glória concedida aos agentes do mundo epopeico, simbolizada pelas bodas perpétuas com as nereidas e pelo conhecimento dos heróis pósteros que “virão lograr os gostos desta ilha, / [...] E acharão estas Ninfas e estas mesas, / Que glórias e honras são de árduas empresas” (CAMÕES, 1979, p. 370). Tétis, porém, é a principal das nereidas e o símbolo feminino-passivo do mar, dominado e conformado ao destino do capitão português, que é símbolo de toda a Portugal navegadora e renascentista, masculina. Cabe-lhe, portanto, não só a glória, mas a glória mais seleta, seguida do conhecimento pleno do cosmo, Apoteose do *uomo universale*, e destacadamente das terras e mares orientais, pois seu destino volta-se para elas.

5.5. Retorno, elixir e senhorio dos dois mundos

Deixando a Ilha dos Amores, principiam o movimento de retorno à terra conhecida e ao *axis mundi*, caracterizado pela “Fuga” e pelo “Retorno”. Apesar de serem partes problemáticas em certas narrativas míticas, na obra de Camões isso não ocorre: a pedido de Tétis partem logo, munidos de mantimentos e acompanhados de suas ninfas-glórias. Cortando o mar sempre sereno até a sua pátria, encontram lá o rei, que cumulam com as glórias e os prêmios das conquistas, destinados a serem espalhados por todo o organismo da Portugal épica. São essas glórias e prêmios justamente o “troféu transmutador da vida”, destinado “à renovação da comunidade” (CAMPBELL, 2007, p. 195).

Considerando a dinâmica do cosmo epopeico de “Os Lusíadas”, essa bênção alcançada toma a forma da conexão feita entre Ocidente e Oriente, a qual principiará uma nova fase de ação e conquistas para o Império Português e o conhecimento da Máquina do Mundo. Não mais os mares e as terras africanos, mas os asiáticos, até então ocultos, serão conquistados e integrados. Exemplo dessa mudança de foco são as narrações de Tétis aos navegadores, que tratam das conquistas, sucessões e expansões na Índia e além: falam sobre o futuro, não mais sobre o passado, como o fazem os irmãos Gama no poema.

Revela-se nestes augúrios também a fase seguinte e última do destino heroico de Vasco da Gama: a conquista da liberdade para transitar pelos dois mundos conhecidos e discernir as suas diferenças, particularidades e funcionamento mútuo, o verdadeiro “talento do mestre” (CAMPBELL, 2007, p. 225). O símbolo desse domínio, após as viagens seguintes de Gama à Índia, virá com o vice-reinado que ele lá conduzirá no ano sua morte (1524), inaugurando o seu estado de **herói como imperador**, que não empunha mais a espada e guia navios, mas, em um trono, maneja o “cetro do domínio”, que utilizará valendo-se de toda a “sabedoria profunda” que o conhecimento do cosmo e do destino de seu povo lhe legou (p. 331).

Conclusão

A partir da análise do fenômeno do heroísmo com que se inicia este artigo, pôde-se verificar que há uma relação natural entre ele e a cultura de uma sociedade. Verificou-se também que tal relação é mediada pela narrativa, realizada por um poeta, que valida e perpetua os feitos do herói, dotando-os de significação na cosmovisão da comunidade e conservando-os em formas estéticas, destinadas à leitura das gerações seguintes. Assumindo, assim, que a narração dos atos heroicos, a despeito de suas diferenças em ato, obedece a uma estrutura nuclear, formulada nos termos de **separação-iniciação-retorno**, depreendeu-se que é possível analisar a maneira como se dão num período específico de uma determinada sociedade, contanto que se possa predicar as suas características culturais e a forma como estas se apresentam numa narrativa mítica ou épica historicamente relevante ao/do período.

Assumindo, desse modo, a forma como se caracterizou o Renascimento português, pôde-se afirmar que ele teve o seu fenômeno heroico representado pela viagem à Índia de 1498, transformada em empresa épica por Camões (1979) em “Os Lusíadas”, tornando-se símbolo absoluto da ação pretendida pela cosmovisão da nação lusitana frente à sua realidade histórica. O herói dessa aventura foi tomado como o próprio capitão da expedição, que, a partir daí, deixa de ser mero agente histórico e torna-se o símbolo do princípio agente do imperialismo ultramarino de Portugal. Sujeito ideológico e metonímico, extremado em todos os valores daquela sociedade, representa o triunfo e ápice de seus ideais: aquele destinado a, superando as provas que os tiranos

do Oceano e do Oriente lhe imporão, esposar a Glória da aventura marítima, simbolizada por Tétis, e conhecer todo o cosmos renascentista através da Máquina do Mundo.

Conclui-se com isso que “Os Lusíadas” se conserva na posteridade como uma leitura lusitana, renascentista e católica dos acontecimentos históricos que marcaram o período e das forças culturais e ideológicas que dele participaram. Desse modo, situa-os num quadro cultural e ideológico que lhes atribui um sentido específico e absoluto no ato mesmo de serem narrados. Portanto, é válido colocar a obra e os símbolos nela presentes como representantes do fenômeno cultural heroico da Portugal renascentista, tendo sido possível verificar a sua correspondência com a estrutura essencial da jornada do herói e de seu sentido universal nas comunidades humanas.

Referências

ABDALA JÚNIOR, B.; PASCHOALIN, M. A. **História social da literatura portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985 p. 9-48.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Ana Maria Valente. 3ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CAMÕES, L. de. **Os Lusíadas**. Prefácio: Hêrnani Cidade. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

CARPEAUX, O. M. A **Antiguidade greco-latina por Carpeaux**. Rio de Janeiro: LeYa, 2012a. (**História da literatura ocidental, v. 1**).

CARPEAUX, O. M. A **Antiguidade greco-latina por Carpeaux**. Rio de Janeiro: LeYa, 2012b. (**História da literatura ocidental, v. 3**).

CIDADE, H. Prefácio. In: **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HORÁCIO; LONGINO; ARISTÓTELES. **A poética clássica**. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 53-68.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

PEREIRA, C. A. N. P. C. A **problemática do herói nas epopeias *Os Lusíadas* e *La Franciade***. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Algarve, 2007. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/786>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ANALYSIS OF THE VASCO DA GAMA HERO JOURNEY IN OS LUSÍADAS

ABSTRACT

This paper has the objective of analyzing the heroic journey of Vasco da Gama in “Os Lusíadas”, relating it with the cosmovision that directed the poem’s production and with the universal phenomenon of hero, especially on its epic and classical aspect, aiming for comprehend how those two levels, linked intimately, concretize themselves on the camonian epopee and what they would symbolize on the Portuguese Renaissance world. As analytical basis of the hero’s journey and its elements, Campbell (2007) was adopted; to the characterization of the cosmos and the hero on epopees, Lukács (2000) was used, and, on its transposition to the analyzed poem, Pereira (2007); the historical, ideological and literary contextualization of the period and the opus was based on Carpeaux (2012), Abdala Júnior & Paschoalin. (1985) and Cidade (1979); being used Aristóteles (2008) and Horácio (2014) for classical definitions of Literary Theory.

Keywords: Renaissance; Heroism; Hero’s Journey; Luís de Camões; Os Lusíadas.

Envio: março/2020
Aceito para publicação: agosto/2020